

A (FALTA DE) ÉTICA NA PESQUISA

GIFT AUTHORSHIP

*Márcia Siqueira Carvalho**

RESUMO

Por meio de levantamento de artigos que tratam do assunto sobre ética e produção científica, e análise dos seus conteúdos, elaborou-se o presente trabalho que tem por objetivo fornecer alguns exemplos para a discussão dos critérios de avaliação das produções e os problemas de co-autorias injustificadas em outros ramos da ciência, para a sua discussão entre alunos e professores de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: ética, autoria, Geografia.

ABSTRACT

Through a survey of articles approaching the subject of Ethics and the scientific work and analysis of its contents, we arrived to the present study. It aims at providing some examples for discussion of evaluation criteria to articles and unjustified co-authorship problems in other scientific branches in order to allow a broader discussion between graduate students and professors.

KEY WORDS: Ethics, authorship, Geography.

* Professora do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A produção de resumos e artigos de disseminação de pesquisas em andamento e de seus resultados pode ser colocada diante de um dilema frente à elaboração de trabalhos e a eleição de nomes em co-autoria.

As necessidades reais da produção científica, como maneira de levar aos nossos pares acadêmicos para a avaliação e debate, além é claro, de apresentar resultados aos órgãos financiadores de projetos ou de programas de pós-graduação, reforçam ainda mais uma afirmação até certo ponto incômoda – *publish or perish*.

A instalação de um curso de *stricto sensu* num departamento já é o resultado de uma separação que vem somar-se às demais, em termos de Geografia ou Geociências, entre as linhas de pesquisa anteriores, seus grupos de pesquisadores e suas respectivas produções científicas. O amadurecimento de um grupo de pesquisas, com uma constância de publicações durante cinco ou três anos, é um dos critérios levados em conta para a aprovação de um novo programa.

Algumas perguntas têm de ser enfrentadas não só pela comissão coordenadora, mas que envolvem todo o corpo docente do programa e do departamento, tais como:

- Como lidar com as diferenças quando – pelas necessidades de diversas gamas de dedicação entre os professores que estão ligados a um curso de mestrado e doutorado – já há a diferença entre os NRDs?

- Pode-se desviar de fatos como a reprodução dessa diferença no momento dos resultados das distribuições de bolsas de iniciação científica quando os professores, sob a pesada responsabilidade (praticamente uma obrigação) do *publish or perish*, têm suas solicitações atendidas e os demais não atingem os primeiros lugares na classificação?

A resposta à segunda pergunta é negativa. Dificilmente, a diferenciação poderá ser colocada de lado e, se isso acontecer, os resultados poderão demorar, mas quando vierem à tona trarão um indiscutível ambiente de mal-estar.

A resposta à primeira questão obrigatoriamente recorrerá ao volume e à qualidade da produção científica. Num situação ideal, um grupo de pesquisadores formado por professores insere os alunos de pós-graduação e os resultados da incorporação do novato, sob a relação orientador-orientando, e as pu-

blicações dessa parceria obedecem tanto ao fato de eles integrarem o mesmo grupo de pesquisa quanto ao andamento da dissertação ou tese. Porém, quase sempre, atingir o ideal é um processo de acertos e erros, alguns irreversíveis no curto prazo, ou seja, no período de 24 meses.

A relação entre o orientador e o orientando é tensa, independente da vontade de ambos. A urgência e prazos de entrega de artigos, relatórios, datas importantes como a do exame de qualificação, ou a definição de nomes para bancas e a elaboração de artigos, em co-autoria ou não, já são motivos suficientes para essa tensão. Outros tipos de publicação muito comuns nos programas de pós-graduação são as coletâneas que resultam de trabalhos desenvolvidos pelos alunos em determinadas disciplinas, cujo professor é organizador, editor, e, às vezes, co-autor.

Há ainda os trabalhos realizados por grupos de alunos que foram apresentados sob a forma de seminários e que se transformaram em artigos, com a participação ou não dos professores das disciplinas em que eles aconteceram. E, por último, mas o mais importante na produção científica, os que são resultados parciais da dissertação ou tese que reúnem orientando e orientador.

É nesse contexto, de concorrência e de corrida contra o tempo, que propomos a discussão da ética e da participação na elaboração de trabalhos científicos e das dificuldades resultantes que chegam até a última ponta do processo – a análise científica dos revisores e editores.

AUTORIA E CO-AUTORIA

Os manuais de metodologia científica somente descrevem o que um artigo deve ter como a sua estrutura e as normas de padronização (ABNT), ficando de lado a questão autoral. Apesar desta questão ser delicada, alguma contribuição interessante vem da área da Medicina e da Bioética. A preocupação com este assunto na área médica está associada ao *International Committee of Medical Journal Editors*, criado em 1978, com o objetivo de estabelecer estes critérios para a área da saúde e que, somente em 1982, apresentou estas proposições.

A autoria deveria obedecer à participação nas três etapas que obrigatoriamente envolvem o desenvolvimento da pesquisa, a elaboração e (ou) revisão

do artigo é a aprovação para a sua publicação:

- a) concepção, planejamento, análise ou interpretação dos dados;
- b) redação do artigo ou sua revisão intelectual crítica;
- c) responsabilidade pela aprovação final para publicação. Todas as condições (a, b e c) devem ser cumpridas. (GOLDIM, 2003)

Goldim também apresenta um levantamento desta questão em relação aos vários códigos de ética de determinadas profissões – biólogos, médicos, psicólogos, dentistas, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, além da Lei de Direito Autoral.

Em outras áreas profissionais esta questão já está contemplada em seus respectivos códigos de ética. Por exemplo, o do biólogo, no artigo 8, item IV, estabelece que não se deve publicar em seu nome trabalho científico do qual não tenha participado ou atribuir-se autoria exclusiva de trabalho realizado por seus subordinados, colaboradores ou outros profissionais, mesmo se executado sob sua orientação. (BRASIL, 1991)

Entre os zootecnistas, no seu Código de Ética (capítulo IX, artigo 42), há um item específico ao tema:

em todo o trabalho científico devem ser indicadas, de modo claro, quais as fontes de informações usadas, a fim de que se evitem dúvidas quanto à autoria das pesquisas e sobre a citação dos trabalhos não lidos, devendo ainda esclarecer-se bem quais os fatos referidos que não pertençam ao próprio autor do trabalho. (BRASIL, 1982)

Em relação aos professores universitários e pesquisadores em Geografia devemos nos remeter ao Decreto 92.290, de 10 de janeiro de 1986, que regulamentou a Lei n.º 7.399, de 4 de novembro de 1985, que alterou a redação da Lei n.º 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.

*Art. 1º - Além dos profissionais enumerados no artigo 2º da Lei nº 6.664, de 26 JUN 1979, poderão exercer a profissão de Geógrafo;
I - os licenciados em Geografia e em Geografia e História, diplomados em estabelecimentos de ensino superior oficial ou reconhecido que, em*

28 JUN 1979, estavam:

- a) com contrato de trabalho como Geógrafo em órgão da Administração Direta ou Indireta ou em entidade privada;
- b) exercendo a docência universitária. [grifo nosso] (BRASIL 1986)

O Código de Ética referente a esse profissional, como docente das universidades, foi reformulado recentemente, em novembro de 2002 pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Pelo fato de ser um código que envolve profissionais além dos geógrafos – engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos e meteorologistas – passou pela aprovação de muitas associações profissionais, incluída a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seu caráter de ordenar os princípios fundamentais no exercício da profissão privilegiou o *fazer e como fazer*. Não há um item específico em relação ao comportamento ético na autoria da produção científica, mas enuncia no seu preâmbulo os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das profissões. No artigo 8, há um item que trata do relacionamento profissional que deve ser honesto, justo e com espírito progressista para com os gestores, ordenadores, destinatários, beneficiários e colaboradores dos seus serviços, com igualdade de tratamento entre os profissionais e com lealdade na competição. Na parte das Condutas Vedadas, encontramos temas muito gerais, como:

Atentar contra o exercício da profissão ou contra os direitos de outro profissional. Ou frente ao meio (ambiente) prestar de má-fé orientação, proposta ou prescrição técnica ou qualquer ato profissional que possa resultar em dano às pessoas ou bens patrimoniais. (CREA, 2002)

Algumas contribuições importantes podem e devem ficar fora da autoria tendo um lugar obrigatório nos agradecimentos aos órgãos financiadores do projeto de pesquisa ou de bolsas, como por exemplo, a Capes e ao CNPq. Da mesma maneira, deve ser o procedimento quanto aos trabalhos de coleta realizados por estagiários.

Na maioria dos cursos de pós-graduação é quase uma norma não-escrita de que os orientandos devam publicar com seus orientadores, daí a necessidade de uma harmonia e freqüência dos colóquios. Essa nova experiência para o

aluno raramente é acompanhada de um auxílio formal institucionalizado. A discussão sobre ética é delicada e no ambiente de competição e comparação de indiscutível existência. Não são raros os sussurros sobre esta questão. Em função disso, apontam-se algumas normas já solidificadas em outras áreas do conhecimento científico.

Uma interessante contribuição sobre o assunto foi feita por Goldenberg em relação ao compromisso ético na publicação científica na área da saúde, de que a co-autoria deve ser dada

apenas àqueles que contribuíram intelectual e cientificamente, de maneira significativa [grifo nosso] na execução do trabalho e que todos os autores deve participar na redação e editoração do manuscrito receber cópia do manuscrito e concordar em compartilhar a responsabilidade pelos resultados. (GOLDENBERG, 2001)

Outra contribuição vinda da área médica chega ao detalhamento de critérios e pontuação para a classificação e hierarquia da autoria e co-autoria, de acordo com a participação do trabalho. Para Petroianu, a

principal condição para ser incluído entre os autores é ter tido participação intelectual na elaboração, análise ou redação do trabalho. (...) o pesquisador deve ainda estar envolvido nas etapas do estudo e participar das decisões importantes em sua condução. (PETROIANU, 2002)

Curiosa e detalhada é a tabela de pontuação para quantificar quem fica entre os autores e as tarefas realizadas.

Tabela 1: Pontuação para autoria de acordo com a participação no trabalho.

PARTICIPAÇÃO	PONTOS
Criar a idéia que originou o trabalho e elaborar hipóteses	6
Estruturar o método de trabalho	6
Orientar ou coordenar o trabalho	5
Escrever o manuscrito	5

Coordenar o grupo que realizou o trabalho	4
Rever a literatura	4
Apresentar sugestões importantes incorporadas ao trabalho	4
Resolver problemas fundamentais do trabalho	4
Criar aparelhos para a realização do trabalho	3
Coletar dados	3
Analisar os resultados estatisticamente	3
Orientar a redação do manuscrito	3
Preparar a apresentação do trabalho para evento científico	3
Apresentar o trabalho em evento científico	2
Chefiar o local onde o trabalho foi realizado	2
Fornecer pacientes ou material para o trabalho	2
Conseguir verbas para a realização do trabalho	2
Apresentar sugestões menores incorporadas ao trabalho	1
Trabalhar na rotina da função, sem contribuição intelectual	1
Participar mediante o pagamento específico	1
Terão direito à autoria os colaboradores que detiverem (sic) alcançado 7 pontos. A seqüência dos autores será em ordem decrescente de pontuação. FONTE: PETROIANU, 2002.	

O item mais estranho pode parecer o da remuneração, mas trata-se muitas vezes da contratação de um técnico ou pesquisador especialista no tema da pesquisa e isso custará uma espécie de *pro labore* pela sua participação sob a forma de salário, ordenado ou bolsa.

Mais delicadamente, PETROIANU (2002) trata da questão da *autoria honorária*. Esta poderia se dar sob vários aspectos, sendo o caso mais comum de autoria inapropriada e que atinge 25% dos artigos científicos. Uma maneira de homenagear alguém por seus méritos, mas que não teve uma participação direta no trabalho, facilitar o trânsito para a publicação pela inclusão de um nome de notoriedade científica, retribuir a gentileza da autoria honorária, ou incluir um colega cuja produção científica esteja baixa, todas essas são situa-

ções comuns de concessão de forma incorreta de co-autorias e até de autorias enumeradas por PETROIANU (2002).

Frente aos casos de numerosa co-autoria, o periódico *American Journal of Public Health* (AJPH) adotou, como política editorial, limitar a seis o número máximo de autores por artigo. Quando esse número é superior, o periódico solicita uma justificativa por escrito. Outros periódicos também adotaram critérios mais restritivos quanto a isso:

The Lancet e British Medical Journal não somente exigem a apresentação de um documento no qual estejam explicitadas e justificadas as contribuições de todos aqueles que constam como autores (independentemente do número), como também publicam como nota (antes das referências bibliográficas) a contribuição específica de cada um para o trabalho. (COIMBRA JÚNIOR, 1998).

O TRABALHO DO REVISOR

Após a redação e o envio do trabalho para algum periódico ou evento científico, a necessária análise do seu conteúdo. O trabalho do revisor merece destaque, ainda de acordo com GOLDEMBERG (2001), pois está sobre seus ombros a responsabilidade da avaliação da qualidade do trabalho científico para publicação. Além da pontualidade, ele deve ter conhecimento suficiente para avaliar e identificar os problemas a serem resolvidos indicando bibliografia pertinente e reparos a serem feitos.

O TRABALHO DO EDITOR

Estão sob sua responsabilidade as qualidades científicas, literárias e técnicas do periódico. Ele deve garantir que todos os artigos recebidos passem pela avaliação dos revisores no prazo estabelecido, com objetividade não deixando que possíveis preconceitos interfiram na avaliação, além, é claro, do sigilo do trabalho em julgamento. Cabe a ele, a responsabilidade da aprovação ou reprovação de um trabalho com base no parecer do revisor.

Na ponta final do processo, segundo GOLDIM (2003): “Os editores devem exigir que os autores justifiquem a atribuição de autoria.”

ISI OU QUALIS?

Através do *ISI Web of Science* pode-se realizar uma consulta de citações de trabalhos utilizados na produção de artigos científicos. O escore que utiliza o número de citações ou referências hierarquiza a importância e o impacto de determinado artigo sobre outros, envolvendo mais de 8.500 revistas internacionais de pesquisa de maior prestígio e impacto. Serve hoje de parâmetro em várias avaliações de produtividade de grupos de pesquisa, envolvidos ou não, com cursos de pós-graduação. A sua especificidade é poder navegar o caminho passado e presente de um artigo pela teia de referências de publicações nos mais variados grupos de pesquisadores e de países diferentes. A partir de um artigo, pode-se proceder a um recuo nos caminhos da ciência por meio dos periódicos e buscar onde surgiu a idéia original, quem trabalhou na sua elaboração, desenvolvimento, tipos de críticas recebidas e as reavaliações. O sistema também possibilita o acesso à cópia do trabalho, além de permitir uma busca rápida por meio de palavras-chave sobre o *estado da arte* de um tema científico. Na área das Ciências Sociais, o *Social Sciences Citation Index* expõe os resultados da busca usando a palavra *Geography* e indicando doze publicações (tabela 2).

Tabela 2: Alguns periódicos na área de geografia do ISI das ciências sociais.

APPLIED GEOGRAPHY	ISSN: 0143-6228	OXFORD, ENGLAND
ECONOMIC GEOGRAPHY	ISSN: 0013-0095	WORCESTER, MA
EURASIAN GEOGRAPHY AND ECONOMICS	ISSN: 1538-7216	PALM BEACH, FL
GEOGRAPHY	ISSN: 0016-7487	SHEFFIELD, ENGLAND
JOURNAL OF ECONOMIC GEOGRAPHY	ISSN: 1468-2702	OXFORD, ENGLAND

JOURNAL OF GEOGRAPHY	ISSN: 0022-1341	PENNSYLVANIA, INDIANA
JOURNAL OF GEOGRAPHY IN HIGHER EDUCATION	ISSN: 0309-8265	BASINGSTOKE, ENGLAND
JOURNAL OF HISTORICAL GEOGRAPHY	ISSN: 0305-7488	LONDON, ENGLAND
POLITICAL GEOGRAPHY	ISSN: 0562-6298	OXFORD, ENGLAND
PROGRESS IN HUMAN GEOGRAPHY	ISSN: 0309-1325	LONDON, ENGLAND
SINGAPORE JOURNAL OF TROPICAL GEOGRAPHY	ISSN: 0129-7619	OXFORD, ENGLAND
URBAN GEOGRAPHY	ISSN: 0272-3638	PALM BEACH, FL

Percebe-se que elas estão em língua inglesa e se repartem entre a Grã Bretanha e os Estados Unidos da América do Norte. O *Singapore Journal of Tropical Geography* tem a periodicidade tri-anual. Há outras publicações que fazem parte do ISI, como *The Geographical Journal*, publicação pela *Royal Geographical Society*, em conjunto com o *Institute of British Geographers*. Esta, no ano de 2002, estava no 22.º lugar num total de 35, na classificação do *ISI Journal Citation Reports*, na categoria Geografia. O seu índice de fator de impacto, por exemplo, atingiu o valor de 0,791. Entre as mais conceituadas, em 2.º lugar entre as 35 publicações, está *Annals of the Association of American Geographers*, cujo índice de impacto atingiu o valor de 2,586, no mesmo ano.

Curiosamente, estas publicações são da editora Blackwell, onde a Geografia está classificada no index na categoria das ciências Sociais e Comportamentais (*Social & Behavioral Sciences*). Para publicar onde está a visibilidade do ISI, medida pelo fator de impacto, há uma barreira da língua em primeiro lugar. Por outro lado, o envio de artigos é aberto, por meio de chamadas, por vezes dedicadas a um tema específico. Mas há a alternativa de se pagar uma tradução ou de obtê-las mediante uma quase *gift authorship*, este o grande problema.

Outra maneira encontrada de avaliar as publicações, esta restrita aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tem sido o *Qualis*. Na área de Geografia, o processo de elaboração da lista e classificação dos periódicos tem encon-

trado algumas dificuldades. Elas vão desde a falta de respostas aos questionários enviados, por parte dos pareceristas, até as ponderações do que tem maior ou menor peso na nossa área, diante rápida situação de poucas publicações existentes para uma fase de aparecimento de novas. As recentes, muitas vezes, procuram se adaptar ou adotar desde o início as normas do *Qualis*. As antigas, por vezes, ainda têm padrões que foram estabelecidos na época em que raros eram os cursos de pós-graduação. Tradicionais e de qualidade indiscutível, estas assim se tornaram, pela qualidade dos seus participantes, revisores e editores. Mas as mudanças já são perceptíveis. Porém, para ambas, o atraso na periodicidade pode colocá-las em situação de penalização, independente de tudo.

Em face da situação financeira de muitas instituições públicas e privadas, as verbas de órgãos públicos de fomento à pesquisa para a realização de eventos científicos desempenham um papel muito importante. Já está generalizada a iniciativa de seus organizadores em prever recursos para a publicação dos resumos e dos trabalhos completos. As agências de fomento estaduais desempenham um papel fundamental nessa ocasião.

Embora não sejam tão bem pontuados quanto os artigos em periódicos, os anais são um outro canal por onde deságuam os trabalhos escritos. A especialização da ciência geográfica reflete o grande número de eventos que vêm acontecendo com regularidade e cujo aumento está sendo observado a cada ano. Pode-se verificar uma efervescência no campo do intercâmbio e comunicação de trabalhos, na maior parte, resumos científicos.

As características próprias dos canais de publicação na área de Geografia estão distantes do Hemisfério Norte. A situação atual desta ciência no Brasil vem enfrentando modificações a partir da implantação de padrões, cujos modelos são próprios às ciências exatas e biológicas. As diferenças vão desde o tamanho do que seja considerado artigo, em termos de número de páginas, até o que se estima como adequado em relação à parte teórica presente num artigo.

Para os profissionais e estudantes de Geografia, é difícil acreditar que em outras áreas não sejam feitas dissertações como as desta área. Em outras ciências, a aprovação e o diploma de mestre são obtidos por um determinado número de artigos, aprovados em revistas de alta qualificação, durante o curso. Daí a necessidade de produzi-los rapidamente, com qualidade necessária e

auxílio de pesquisadores mais experientes e competentes: os orientadores.

Os critérios técnicos do *Qualis* buscam positivamente dar uma uniformidade tendo como modelo padrões internacionais, sem esquecer a especificidade da nossa área. As publicações nesta área sobre temas nacionais, regionais ou locais, são essencialmente temas brasileiros e o fórum privilegiado de discussão ainda é aqui.

Algumas perguntas, tais como as apresentadas a seguir, ainda não tiveram respostas definitivas, se é que as terão.

- Quais são os elementos que podem nos dar um panorama adequado para a definição e um fator de impacto para a Geografia brasileira?
- Onde vamos medir algum fator de impacto? no Brasil? fora dele? onde?
- Pode-se adotar modelos onde o sistema de financiamento obriga a um *sistema de produção em série*?
- A subordinação ao *publish or perish* num ritmo fordista nos afogará em números e palavras e nós nos tornaremos espelho aos alunos de pós-graduação?
- Pode-se virar as costas às autorias injustificadas?

Estas e muitas dúvidas ainda não têm respostas.

CONCLUSÕES

As *autorias injustificadas* ou *gift authorship* são o lado sombrio dos resultados da crescente necessidade de publicações como critério de avaliação da produtividade de um pesquisador, de um grupo de pesquisa e de cursos de pós-graduação. Assunto incômodo, éticamente elas são condenáveis, legalmente são passíveis de penalizações, academicamente, injustificáveis.

O exemplo do comitê dos editores das revistas médicas recomenda que os editores solicitem aos autores a especificação da participação de cada co-autor de maneira justificada, além da confirmação por parte dos autores de que leram e concordam com a publicação da versão final. Isso possibilita uma uniformidade quanto aos artigos e seus participantes e aos padrões de editoria de periódicos. O aumento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de Geografia, a decrescente destinação de verbas próprias por parte das universi-

dades públicas – federais e estaduais – e a dependência, quase exclusiva, das verbas de órgãos de fomento federais somados aos critérios de produtividade herdados de um padrão competitivo, podem levar esta comunidade acadêmica a se deparar com o dilema das co-autorias injustificadas. Podem parecer estranhos alguns critérios estabelecidos na área médica quanto ao tema, dadas as especificidades da nossa área. Entretanto, a necessidade de produção rápida e constante dos professores e dos alunos, com reflexos na distribuição e quantidade de verbas para grupos de pesquisas e programas de pós-graduação fatalmente nos colocarão diante deste problema.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 6.664, de 26 junho de 1979. Disciplina a profissão de geógrafo e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto n. 85.138, de 15 de setembro 1980. Regulamenta a Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de geógrafo e dá outras providências.
- BRASIL. Resolução n. 413, de 10 de dezembro de 1982. *Código de Ética Profissional Zootécnico*. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Disponível em: <http://www.crmvba.org.br/leis/resolucao_413.htm> Acesso em: jun. 2003.
- BRASIL. Decreto n. 92.290, de 10 de janeiro de 1986. *Diário Oficial da União*. Brasília, p. 702. Seção 2. Disponível em: <<http://www.crea-nig.com.br/infor/legislacao/d92290.htm>> Acesso em: jun. 2003.
- BRASIL. Resolução n. 08, de 12 de junho de 1991. *Código de Ética Profissional do Biólogo*. Conselho Federal de Biologia.
- BRASIL. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Engenharia. *Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia*. Brasília, 06 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.confrea.org.br/codigo_etica/final_070303.pdf> Acesso em: jun. 2003.
- GOLDEMBERG, S. *Publicação do trabalho científico, compromisso ético*. (Versão preliminar em 2001). Disponível em: <http://www.metodologia.org/saul_etica.PDF> Acesso em: jun. 2003.
- GOLDIM, J. R. *Aspectos éticos, legais e morais relacionados à autoria na produção científica*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/HCPA/gpppg/autor.htm#1Q>> Acesso em: jun. 2003.
- COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. O desafio da autoria. *Cadernos Saúde Pública*, v. 14, n. 4, p. 668-669, out. 1998. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/csp/pes.htm>> e <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102511X1998000400001&lng=pt&nrm=isso#bottom> Acessado em: jun. 2003.
- PETROIANU, A. Autoria de um trabalho científico. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 48, n. 1, p. 00-05, 2002. Disponível em: <http://www.amb.org.br/tamb/jan_mar02/art_07.pdf> Acesso em: jun. 2003.